

A “CARTA PERIÓDICA”: UM MODELO DE PUBLICAÇÃO INTERATIVO PARA SUPERAR O PRODUTIVISMO ACADÊMICO E QUALIFICAR A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Ana Maria Netto Machado

laborescrita@gmail.com

Paula Clarice Grazziotin de Jesus

paulaclarice@gmail.com

Ilsen Chaves da Silva

ilsenchavessilva@hotmail.com

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC

Palavras-chave: produtivismo acadêmico; pós-graduação; qualidade; produção científica

Pesquisas brasileiras vêm fazendo, na última década, a crítica ao produtivismo acadêmico, consequência das políticas de educação superior e ciência e tecnologia adotadas no Brasil e no mundo. O produtivismo acadêmico gerou como consequências: aumento do número de produções; inserção do Brasil nos *rankings* internacionais; baixa qualidade e escassas descobertas e inovações; impacto social e econômico reduzido; afetou a saúde dos pesquisadores (*stress*, *burn out*, hipertensão entre outras); tornou a carreira de pesquisador pouco atrativa. Entusiastas consideram que após o incremento na quantidade virá a qualidade. Críticos consideram esta lógica falaciosa. Após uma década de resistência, assistimos à resignação generalizada e aceite do produtivismo como traço da comunidade científica. A crítica precisa levar, além do combate à construção de alternativas que superem o que consensualmente consideramos nefasto. A partir de pesquisas anteriores sobre o campo da escrita e autoria, Machado concebeu um modelo de publicação que ao mesmo tempo inova e recupera a origem dos periódicos científicos: a correspondência privada (a carta). Periódicos científicos nasceram da prática epistolar entre cientistas, que intercambiavam suas descobertas com interlocutores confiáveis, antes de levá-los a público. A “carta periódica”, que apresentaremos neste trabalho, consiste em interação regrada (por escrito) entre um grupo de dez a doze pesquisadores ou atores sociais de notório saber com relação à determinada temática. O modelo pode gerar avanços significativos na compreensão de um problema específico, em prazo curto e investimentos mínimos (tempo e recursos); pode remunerar autores participantes; contrapondo-se à exploração da força de trabalhos dos intelectuais (infundáveis colaborações de trabalho voluntário – caso de avaliações *ad hoc* por pares, por exemplo– que têm invadido até a vida privada.

Crítica ao produtivismo acadêmico

Estatísticas oficiais e diversos trabalhos (CAPES, 2005; KUENZER E MORAES, 2005; DE MEIS *et al.*, 2003; GUIMARÃES, 2007; MACHADO;

BIANCHETTI, 2011) atestam que o modelo de avaliação/fomento implementado pela CAPES¹ para o sistema nacional de Pós-graduação (PG), a partir dos anos 1990, foi decisivo para aumentar a produção científica, inserindo o Brasil nos *rankings* internacionais como gerador de conhecimentos (2% da produção mundial de *papers*). Tal façanha foi fruto de esforços coletivos e políticas governamentais, a partir da inflexão (década de 1990) que mudou as políticas CAPES para a PG, da formação de professores para o ensino superior para formação de pesquisadores. Formar cientistas foi estratégia de desenvolvimento econômico que vem dando frutos: Brasil é considerado em 2012 a sexta economia mundial.

Porém o custo desse progresso se faz sentir em duas frentes: qualidade das produções (MORAES, 2006; WATERS, 2006; DUARTE, 2006; OLIVEIRA, 2001; WARDE 2006; BIANCHETTI;MACHADO, 2006) e saúde dos pesquisadores(CODO, 1999; GORZ, 2001; DE MÉIS, 2003; BIANCHETTI e MACHADO, 2007; SILVA JR, 2007). Estes autores revelam que a profissão do pesquisador tornou-se penosa, transformando os trabalhadores intelectuais em sujeitos, senão de curta duração, de curta dedicação a uma mesma atividade; poderíamos falar de uma geração de ‘hipercinéticos’, divididos em um sem número de atividades de curtíssimo prazo (pululando entre aulas na graduação, PG e especializações, bancas (concursos, defesas, qualificações), pareceres, viagens, congressos, artigos, levantamento de dados, orientações, cursos de extensão, palestras aqui e acolá, infindáveis pilhas de artigos para avaliar etc.

Warde (2006, p. 254) sinalizou o rebaixamento da atividade intelectual, submetida a táticas de gestão estratégica, típicas da administração e da economia:

[o] mal-estar de ver as atividades de orientação convertidas em gerenciamento dos procedimentos práticos e de aplicação técnica; de ver o tempo escoando-se com disputas por recursos financeiros e com o preenchimento de formulários que permitem atestar não competências cognitivas, mas habilidades de controle e administração”.

A qualidade, porém, foi preocupação desde o segundo Plano de PG (PNPG), mostraram Silva, Bittar e Veloso (2004, p. 136/137):

Para acompanhar a qualidade do sistema, acenava-se, então, para a necessidade de se criarem ‘**estímulos e condições favoráveis**’ para o ‘**aumento qualitativo**’ dos programas de PG, ‘[...] acionando mecanismos de **acompanhamento e avaliação**’ (II PNPG, 1998, p. 25). Para justificar o processo de avaliação, o Plano explicitava que a

¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

‘exigência da qualidade’ provinha de três indicadores: ‘o **mercado**, a **própria comunidade científica**, e as **instituições governamentais com poder político-normativo ou detentoras de recursos de financiamento**’ (p. 23); desse modo, a **avaliação** deveria ser um processo a ser implementado **para garantir a qualidade** dos programas de PG, levando em consideração ‘o **mérito** [...] e os **resultados finais esperados**’ (p. 26). [grifos nossos]

Porém os desdobramentos na década subsequente priorizaram a avaliação na perspectiva quantitativista, inspirada na hegemônica da economia/*mangement* (VINOKUR, 2010), gerando a transformação de quase tudo e todos em ‘mercadoria’². A indústria cultural invadiu o meio científico e “é o mesmo metro que mede a produção de uma mercadoria” (OLIVEIRA, 2001, p. 128).

Leite (2002, 116), Warde (2006) e Waters (2006), desde contextos diferentes, assinalam a emergência da burocracia acadêmico-administrativa em detrimento da produção do conhecimento. Diz Leite:

Investigar não é tão somente elaborar projetos de pesquisa, sintetizando referências bibliográficas, definindo regras, apresentando planos de trabalho, registrando atividades, cronometrando o tempo de pesquisa e o tempo de reflexão, buscando financiamentos, submetendo-se a avaliações externas e internas e produzindo conhecimentos para serem "comunicados" em congressos e seminários da área. [...] consomem o tempo de investigação e fragilizam, de forma significativa, as possibilidades de apreensão do real, não se traduzindo, portanto, em resultados expressivos para o avanço do conhecimento. [...] disposição para o trabalho teórico. [...] trabalho espinhoso, penoso e cujos resultados não são imediatos, lineares, acumulativos, passíveis de apresentação instantânea como resultado de pesquisa. (LEITE, 2002, 117).

As exigências de produção em série também inverteram a relação entre autores e editores. Declarações de Waters, editor norte-americano, escandalizaram seu país na década de 1960: “não vamos mais fingir que os acadêmicos são intelectuais [...] Poucos, mas muito poucos acadêmicos, ainda são intelectuais”, pelo menos na acepção de intelectuais críticos. E desafiou:

O aumento meteórico das publicações acadêmicas desde a década de 1960 até a década de 1990 explodiu violentamente, com certeza, da mesma forma que os indicadores Dow Jones e NASDAQ. Agora é hora de parar e entender o quanto essa explosão é inimiga da vida da mente, porque o ensino e a escrita sérios tiveram de ser postos em posição secundária quando as publicações, por si mesmas, foram glorificadas (WATERS, 2006, p.61).

² Sobretudo ditadas por regras internacionais quedas-reconhecem fronteiras e soberanias nacionais. Daí a relevância de um movimento como FORGES, que permite confrontar experiências dos diferentes países, no caso, de língua portuguesa, para encontrar semelhanças e estabelecer padrões comuns, mas, também, para reconhecer/cultivar especificidades, desenvolvê-las, valorando o patrimônio cultural da humanidade, em sua diversidade.

E ocorreu, afirmou Thompson (2005, p. 5), na Europa, “quando a qualidade intelectual e o mérito literário foram sacrificados no altar do mercado”. Vivemos tal cenário no Brasil 2012: o vertiginoso cotidiano dos pesquisadores, aliado às burocracias dos gestores científicos, pôs em risco a sua capacidade intelectual.

Confusões relativas às produções científicas

De Meis *et al.* (2003) mostraram que a reputação científica constrói-se sobre bases ‘cientométricas’: o número de publicações confere importância ao pesquisador, mas quando indagamos sobre sua contribuição ninguém sabe responder! Confundem-se publicações com descobertas! As publicações têm como meta colocar em circulação descobertas, para que sejam levadas em conta por outros pesquisadores (sentido cumulativo da ciência) e para permitir implementações que beneficiem a humanidade.

Outra confusão refere-se ao papel das padronizações como critério de qualidade. Trzesniak (2012), pesquisador que vem contribuindo para a melhoria do padrão dos periódicos brasileiros, registra progressos nas diferentes áreas. Mas adverte: o nivelamento dos periódicos ao padrão internacional (presença de comitês científicos, avaliação por pares, inscrição no ISSN, indexação em base de dados, respeito à periodicidade pré-estabelecida etc.) não garante a qualidade do conteúdo dos artigos. Diz Trzesniak, (2012, p. 60): é possível que, no atual contexto, “com um mínimo de esforço e alguma dedicação, se façam revistas que são apenas técnico-normativamente corretas, que tenham a aparência de científicas, mas cujo conteúdo seja absolutamente inútil, sem trazer qualquer tipo de contribuição”.

Constatamos hipertrofia da credibilidade nos processos avaliativos como critério de qualificação das produções/periódicos. Processos gerenciais disseminam-se e sofisticam-se continuamente; a avaliação de *papers* por pares assemelha-se à lógica da fiança. Processos avaliativos hierarquizam pesquisadores/produções: mais experientes servem de fiadores para novatos: atrás da fiança, a desconfiança autoriza sucessão sem fim de controles.

Krotsch e Suasnabar (2004, p. 47) explicam que na introdução da avaliação como instrumento central e privilegiado de legitimação esteve “la ruptura de la tradicional confianza entre el Estado y la universidad [que] fue condición para la introducción de la evaluación”.

Práticas produtivistas deflagram limites de dispositivos para garantir qualidade

Acompanham o excesso de confiança nos dispositivos de avaliação/controle mecanismos que desvirtuam a razão de ser das publicações³, para obter maior pontuação. Em tom de humor, ironia ou drama, depoimentos de pesquisadores (BIANCHETTI; MACHADO, 2009; MACHADO, 2006) revelam crescimento de práticas produtivistas no contexto da PG. Nelas fica clara a insuficiência do controle da CAPES, que acaba fomentando distorções de ordem ética. Alguns exemplos: pesquisadores de prestígio aceitam demandas de revisão de transcrição de conferência, autorizando sua publicação (o conteúdo é qualificado, mas não é inédito): “estão obrigando as pessoas a publicarem uma mesmice só. Você pega um autor, um pesquisador, que é bom, mas ele publicou quinze coisas e aí você vai ler as quinze coisas e é a mesma coisa. Isso é problemático” (sujeito pesquisa BIANCHETTI; MACHADO, 2007); publicação de capítulos de tese como artigos, muitas vezes anos depois de defendida; banalização da coautoria: orientadores adotam como obrigatória inserção de seu nome em trabalhos do orientando, sem que se caracterize produção coletiva ou contribuição significativa; apresentação de trabalho internacional diante de reduzida plateia, em muitos casos de pares de seu país ou até de sua universidade (colegas de programa). Troca de favores entre pares: 'publico o teu (do teu orientando) e publicas o meu', 'convido um autor internacional e ele me convida' etc., caracterizando nepotismo acadêmico (apesar do anonimato nos pareceres); reprodução de trabalhos por meio de maquiagens, plágio, compra e venda de teses e dissertações.

A pequena amostra ilustra os limites da indução produtivista da CAPES que produz quantidade, de duvidosa qualidade e não coíbe desvirtuações da finalidade da ciência. Diante do cenário posto, a posição dos pesquisadores é ambígua: compactuam com mecanismos que criticam e não visualizam/propõem alternativas (MACHADO; BIANCHETTI, 2011). A formação intelectual, aquela que permitiria ao novo pesquisador discernir entre o fundamental e o fútil, entre a obediência mecânica às regras da CAPES e a contribuição significativa para o conhecimento – atestam autores referenciados – está em recuo.

A qualificação dos periódicos brasileiros em debate

³Colocar em circulação pública os resultados de pesquisa, promover diálogo e cumulatividade dos conhecimentos.

Em publicação resultante do colóquio *Política de publicação científica em educação no Brasil hoje*, realizado na USP⁴ em 2000, Uhle (2002, p.10) recupera a origem do pesquisador moderno e dos periódicos científicos. A propósito dos primeiros, Uhle (2002, p.29) alerta sobre perigos da padronização da produção intelectual incentivada pelo processo de avaliação de periódicos que veio a chamar-se Sistema Qualis (de classificação de periódicos):

Talvez valha a pena seguir sendo *Amantes e amadores de edição*, olhando com reserva a padronização e os indicadores da avaliação nacional. Assim como conviria também pensar um pouco mais sobre os compromissos sociais da universidade e do intelectual nestes tempos de produção instrumental, para que não se perca de vez a arte do pensamento arriscado e da pesquisa inviável, esta, a única capaz de gerar novas teorias no futuro.

Certa profissionalização do campo editorial científico têm orientado/formado editores, instituindo padrões de qualidade praticados internacionalmente. Porém a recente denúncia de Trzesniak (2012), citado acima, é contundente: a padronização qualifica formalmente os periódicos, mas não interfere na melhoria da qualidade do conteúdo do conhecimento veiculado neles. Revistas editorialmente primorosas (bem classificadas no sistema Qualis), números temáticos, por exemplo, podem ser um **amontoado de excelências**, à medida que podem conter ideias repetidas, colocadas em paralelo, já que os autores não se leram antes e é possível que não se leiam depois. A própria dinâmica de produção de periódicos atrasa o intercâmbio entre pesquisadores, gerando grande volume de páginas que dificulta estados de arte rigorosos e exaustivos, o que também se verifica em teses e dissertações da Educação (BIANCHETTI E MACHADO; 2006).

Sobre este ponto, a discussão de uma década atrás (USP) é esclarecedora: a expectativa, com relação à avaliação de periódicos assumia, na época, dois sentidos convergentes, explicitados por Bueno, Aquino e Carvalho (2002, p.6):

[...] de um lado [a avaliação de periódicos] ofereceria orientações mais seguras às revistas com vistas a uma melhor definição de suas políticas editoriais; de outro, funcionaria como pressão, levando-as a buscar padrões de qualidade mais elevados, sobretudo quanto ao nível dos trabalhos publicados. Acreditava-se até mesmo que essa sistemática favoreceria os periódicos a desempenharem efetivamente a função que deles mais se espera, qual seja, a de atuarem como veículos divulgadores e disseminadores da produção acadêmica.

⁴ Universidade de São Paulo.

Porém esta orientação irradiada pela CAPES em determinado momento foi dinamitada por outra surgida pouco depois:

A Capes, por exemplo, que havia estimulado os programas de Pós-graduação a criarem suas próprias revistas, sob o argumento de que isso favoreceria o rápido escoamento de sua produção docente e discente, agora acenava com pontuações negativas nos casos em que a endogenia ficasse caracterizada.

Se a função de um periódico era dar visibilidade à produção interna da instituição, o periódico deveria incluir artigos de docentes/discentes do seu programa. A segunda recomendação transpareceu como traiçoeira, pois a obediência à primeira pecar contra a segunda (editores viram-se acusados de endogenia: só publicarem autores da casa).

Muitos editores não conseguiram entender as razões pelas quais mudou o entendimento da CAPES sobre a função das revistas. Desde então, os periódicos foram sendo moldados conforme modelos fornecidos pelo sistema organizado por pares (legitimação por cumplicidade: todos fazem parte!) e disseminado com insígnias de lei. A partir daí se estabeleceu obediência cega a padronizações, com a finalidade de obter boa classificação no Sistema Qualis, tanto por parte de editores como dos pesquisadores, encerrando o tempo de questionamentos: a máquina estava em marcha!

Recuperar a tradição: a origem periódicos científicos

Uhle (2001, p. 11) identificou a gênese dos periódicos científicos: "o surgimento da revista científica, apontado por Meadows, data do século XVII e tem sua origem na correspondência, na literatura privada. Revistas científicas aparecem juntamente com as Academias e Sociedades Científicas". E continua:

[...] os traços mais visíveis das origens da produção educacional em periódicos são encontrados num gênero literário singular, a literatura epistolar. Um dos marcos do pensamento educacional moderno – Comenius – fez do exercício da correspondência a prática do debate capaz de gerar aquela que viria a ser, aos olhos do autor, sua obra definitiva – *Didática Magna* [...]. Vivendo em Praga, no século XVII, Comenius estabeleceu contato com sábios ingleses, em Oxford, para onde despachava seus escritos, que passavam depois por Paris, Toulouse e voltavam anotados e comentados. O fruto desse **debate** foi o conjunto de novas elaborações produzidas pelo autor. **A obra ia, aos pedaços, sendo discutida e ampliada como uma longa carta por muito tempo inacabada** (UHLE, 2002, p.11, grifo nosso).

Clássicos da literatura e da ciência gestaram suas obras por meio de cartas (COLUCCI, 2006). Caracterizam as cartas interlocução e inacabamento. *Après-coup*,

quantas publicações recuperaram correspondências privadas daqueles que vieram a ser célebres, esclarecendo pontos obscuros da ciência? Esse caráter de interlocução nos *papers* é salientado por Fischer (2002, p.77), ao evocar debate dos anos 1990 entre Fernando Becker e Thomaz Tadeu da Silva (docentes da UFRGS⁵), em várias edições da revista *Educação & Realidade*; eles praticaram autêntica interlocução, que está esquecida na roda-viva acadêmica que vivemos. O diálogo que está na origem e continua essencial para periódicos (sua diferença do livro) está ausente na maioria das revistas nacionais.

Caracterização da ‘Carta Periódica’

Trata-se de publicação gerada por dinâmica interativa (por escrito) e regrada, envolvendo um conjunto de autores convidados e remunerados com a finalidade de fazer avançar rápida e significativamente o conhecimento científico sobre determinada problemática. O resultado da interação coletiva materializa-se em publicação relativamente curta (em torno de cem páginas), que revelam o processo ocorrido entre todos os participantes, a evolução do debate e as conclusões alcançadas. Para desencadear, desenvolver e finalizar o processo há passos a seguir: 1) Elege-se problema-foco para debate, que deve representar desafio que requer compreensão ou aprofundamento. 2) Requer um coordenador para conduzir a experiência, que é o proponente da edição e também participará como autor. A sua legitimidade emana do seu domínio acadêmico-científico sobre a temática. 3) O coordenador convida dez pessoas; para o sucesso do processo, a escolha dos participantes obedece critérios: ter produção científica consistente sobre o tema e/ou possuir notório saber sobre o assunto. A diversidade de perspectiva e experiência dos participantes é fundamental para o bom resultado. 4) Apresentar claramente as regras e tarefas que cabem a cada um dos participantes, incluindo calendário acordado entre todos. 5) Conforme o caso e os recursos disponíveis para cada edição, os participantes poderão receber remuneração, neste caso, selando compromisso em contrato formal. 6) Constituído o grupo e as regras aceitas, o coordenador disponibiliza um texto inicial (de sua autoria e preparado especialmente para a experiência) cujo conteúdo seja analítico e deliberadamente desafiador (entre 20 a 30 páginas). O texto deve reunir um conjunto de reflexões sobre o

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

tema, problemas e questões que solicitam respostas. O texto é escrito pelo coordenador (pode ter a coautoria de um dos convidados). 7) O coordenador envia o texto inicial aos dez integrantes do grupo. 8) Cada um deve reagir, escrevendo um texto de até três páginas, a partir de seus conhecimentos, revisá-lo até considerá-lo maduro e, dentro do prazo pré-estabelecido, enviá-lo ao coordenador. 9) O coordenador lê os textos e envia-os a todos (cada um receberá 30 páginas para examinar). Cada participante analisa as contribuições dos dez autores, reflete sobre elas e reage em novo escrito de três páginas, que enviará ao coordenador, no prazo estipulado. 10) O coordenador lê as novas 30 páginas e as reenvia a todos, que novamente as examinarão e produzirão mais três páginas a partir do conjunto de textos recebidos, devolvendo-os ao coordenador. O número de intercâmbios de textos será definido a cada edição. Salvo exceção, três remessas de três páginas, por parte dos participantes será suficiente. 11) Concluído o intercâmbio, o coordenador, mais um ou dois participantes que desejarem elaborar a produção final, escrevem um artigo, de até 30 páginas sobre a temática, levando em conta as contribuições explicitadas durante o processo, pelo conjunto de autores, de modo a extrair compreensão mais elaborada e complexa sobre o problema tratado, suas implicações e, se houver, sugestões/soluções indicadas. 12) O artigo final é submetido à apreciação do grupo, que pode sugerir modificações. Caso haja desacordo difícil de ser equacionado por parte de algum dos autores, com relação ao artigo final, poderá ser publicada a (ou as) réplica(s) em até três páginas do participante que a(s) produzir.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Reféns da Produtividade: Produção do Conhecimento, Saúde dos Pesquisadores e Intensificação do Trabalho na PG. Caxambu/MG: ANPEd – GT 09: Trabalho e Educação, 2007.

_____. Publicar & morrer: análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. **EDUCAÇÃO, SOCIEDADE & CULTURAS**. Revista do Programa de Pós-graduação da UNIVERSIDADE DO PORTO, Portugal, n. 28, 2009.

BUENO, B. O. *et al.* Política de publicação científica em educação no Brasil hoje. **ESTUDOS E DOCUMENTOS**, Faculdade de Educação da USP, n. 43, 2002.

CAPES, 2005 – disponível em www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/PNPG.htm

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Brasília: CNTE/UnB; Petrópolis: Vozes, 1999.

COLUCCI, V. A impulsão para a escrita: o que Freud nos ensina sobre fazer uma tese. In: BIANCHETTI, L. e MACHADO, A. M. N (Orgs.). **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na PG em educação. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, NUP/Editora da UFSC, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan/jun. 2006.

De MEIS, L. et al. The Growing Competition in Brazilian Science: Rites of Passage, Stress and Burnout. **BRAZILIAN JOURNAL OF MEDICAL AND BIOLOGICAL RESEARCH**. Disponível em www.scielo.br/bjmr. Acesso: 06 mar. 2007.

FISCHER, R. M. B. Qualidade editorial: por uma prática de excelência acadêmica e respeito às diferenças. In: BUENO, B. O. *et al.* Política de publicação científica em educação no Brasil hoje, **ESTUDOS E DOCUMENTOS**, Faculdade de Educação da USP, n. 43, 2002.

GORZ, A. (2001). La personne devient une entreprise – Notes sur le travail de production de soi. Disponível em: <http://adonnart.free.fr/doc/gorz.htm> 22/09/2011.

GUIMARÃES, R. O futuro da Pós-graduação- avaliando a avaliação. Disponível em <http://intranet.ensp.fiocruz.br/admin/aplicacoes/documentos/arquivos/arg6091.pdf> 30/03/ 2007.

KROTSH, P.; SUASNÁBAR, C. Los estudios sobre la Educación Superior: una reflexión desde Argentina y América Latina. **PRO-POSIÇÕES** - Dossiê Educação Superior: algumas tendências políticas européias e Latino-americanas. Campinas/SP, set/dez 2004. v. 15, n.3 (45).

KUENZER, A. Z. & MORAES, M. C. M. Temas e tramas na PG em educação. **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1341-1363, set./dez. 2005.

LEITE, S. B. PG em Educação: a questão da produção do conhecimento científico. In: BELO, D.; JAEGGER, Z. (orgs.). **Pesquisador ou Professor?** O processo de reestruturação dos cursos de PG em Educação no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

MACHADO, A. M. N. Produtividade na pós-graduação brasileira? Rumos, limites e engodos na busca de garantir a qualidade. **ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**, v. 1, nº 2, maio/ago, 2006, Furb.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. Orientação de teses e dissertações - Individual e/ou coletiva? Contextos e transformações nos 40 anos de PG *stricto sensu* em educação no Brasil. In: SILVA JR, J. dos R.; OLIVEIRA, J. F. **Reforma Universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2006.

_____. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: Desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE – REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, M. v. 51, n. 3, maio/junho 2011, São Paulo.

MORAES, M. C. M. Avaliação da na PG brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, L. e MACHADO, A. M. N (Orgs.). **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

OLIVEIRA, F. de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**. set, out, nov, dez 2001, Nº 18.

SILVA JR. J. dos R. Trabalho e carreira docente na educação superior. **30^aANPEd – Sessão especial GT11**. Caxambu/MG, 2007.

SILVA, M. das G. M.; BITTAR, M.; VELOSO, T. C. M. A. Infocapes: a PG como eixo de análise. In: MANCIBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. (orgs.). **Universidade - Políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, J. B. **Books in the Digital Age**. Cambridge: Polity, 2005.

TRZESNIAK, P. PLATA-CAVIEDES, T., & CÓRDOBA-SALGADO, O. A. Qualidade de conteúdo, o grande desafio para os editores científicos. **REVISTA COLOMBIANA DE PSICOLOGIA**, 21, n. 1, enero-junio 2012, Bogotá, Colombia.

UHLE, Aa. B. Sobre amantes e amadores de edição. In: BUENO, B. O.; AQUINO, J.G. & CARVALHO, M.P. de. **Política de publicação científica em educação no Brasil hoje**. Estudos e Documentos. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, n. 43, 2002.

VINOKUR, A. *Savoirs et pouvoirs: le “grand basculement”?* In: VINOKUR, A.; SIGMAN, C. L’enseignement supérieur entre nouvelle gestion publique et crise systémique. Presses de l’ISMEA. Hors Série, n. 4//2010.

WARDE, M. J. Sobre orientar pesquisa em tempos de pesquisa administrada. In: BIANCHETTI, L. e MACHADO, A. M. N (Orgs.). **A bússola do escrever**. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2 ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

WATERS, L. **Inimigos da esperança**. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.